

Dinâmicas culturais e econômicas frente a expansão neocolonial em quilombos da Amazônia marajoara: uma perspectiva do Quilombismo

Cultural and economic dynamics in the face of neocolonial expansion in quilombos in the marajoara Amazon: a perspective from Quilombismo

José Felipe Rodrigues da Costa ¹

Monique Medeiros ²

Luciane Barbosa Lopes ³

Resumo

O presente artigo objetiva caracterizar e analisar os movimentos empregados por quilombolas em face aos projetos neocoloniais implementados no município de Salvaterra (PA). A partir de uma abordagem qualitativa, que combinou revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros em diário de campo, o estudo previamente aprovado pelo comitê de ética em pesquisa, centra-se nas práticas do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina/Vila União (NARQ), da comunidade de Campina/Vila União, e do Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, da comunidade de Mangueiras. Os resultados demonstram que esses movimentos podem ser compreendidos como expressões contemporâneas de quilombismo, articulando práticas culturais, econômicas e políticas voltadas à construção de autonomia, fortalecimento comunitário e afirmação identitária. Iniciativas desenvolvidas por esses coletivos, como a Feira Quilombola, o ateliê de vestuário, a Casa de Sementes e atividades educativas e culturais, ressignificam o território como espaço de construção de conhecimentos, afetos e resistências. Conclui-se que, embora enfrentem desafios estruturais, como a ausência de titulação fundiária e a pressão de empreendimentos externos, tais mobilizações configuram-se como projetos políticos alternativos, que enfrentam as permanências da colonialidade e constroem futuros sustentáveis a partir dos saberes ancestrais e da coletividade.

Palavras-chave: autonomia; epistemologias quilombolas; movimentos de mulheres; Amazônia marajoara.

¹ Universidade de Brasília (UnB). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF, Brasil.
E-mail: rodriguesfelipe078@gmail.com

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Belém, PA, Brasil. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

³ Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, PA, Brasil.
E-mail: lopesluciane1993@gmail.com

Abstract

This article aims to characterize and analyze the movements undertaken by quilombola communities in response to neocolonial projects implemented in the municipality of Salvaterra (Pará, Brazil). Using a qualitative approach that combined bibliographic research, semi-structured interviews, participant observation, and field diary records, the study focuses on the practices of the Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina/Vila União (NARQ), from the community of Campina/Vila União, and the Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, from the community of Mangueiras. The results show that these movements operate as contemporary expressions of quilombism, articulating cultural, economic, and political practices aimed at building autonomy, strengthening community bonds, and affirming identity. Initiatives such as the Quilombola Fair, the clothing atelier, the Casa de Sementes, and educational and cultural activities resignify the territory as a space for the production of knowledge, affections, and resistance. The study concludes that, although these groups face structural challenges — such as the lack of land titling and the pressure from external enterprises — these mobilizations constitute alternative political projects that confront the ongoing legacies of coloniality and build sustainable futures grounded in ancestral knowledge and community solidarity.

Keywords: autonomy; quilombola epistemologies; women's movements; marajoara Amazon.

Introdução

A história recente do território denominado legalmente como arquipélago do Marajó, situado na foz do rio Amazonas, é marcada por intensos processos de colonização, expropriação e resistência. Desde o século XVII, com a chegada das ordens religiosas, o território passou a ser moldado por interesses coloniais baseados na catequese indígena e na implantação de latifúndios, cujos efeitos ainda hoje se manifestam nos conflitos fundiários e nas desigualdades territoriais (Da Silva, 2023).

Após a retirada das ordens e a secularização dos bens, elites locais assumiram o controle das terras, instituindo o modelo do “fazendeiro marajoara”, sustentado pela violência, pela concentração fundiária e pela negação das diversidades locais (Pacheco, 2010). Esse modelo fundiário oligárquico foi aprofundado pelas políticas desenvolvimentistas do século XX e por empreendimentos recentes, como o monocultivo do arroz e o turismo, que atualizam a lógica de dominação territorial sob novas roupagens (Gomes et al., 2018). Tais projetos expressam um neocolonialismo

contemporâneo, caracterizado pela articulação entre Estado, capital e discurso desenvolvimentista (Losurdo, 2020).

Em Salvaterra, município do nordeste do arquipélago, com cerca de 24 mil habitantes, destacam-se 18 comunidades quilombolas autodeclaradas, representando aproximadamente 30,8% da população (IBGE, 2022). Apesar dessa expressiva presença, nenhuma possui titulação, o que agrava os efeitos da expansão do agronegócio e da infraestrutura, como a rodovia PA-154, sobre seus territórios. As comunidades de Campina/Vila União e Mangueiras enfrentam diretamente esses impactos, lidando com a perda de áreas produtivas e mudanças nos modos de vida (Acevedo Marin, 2009).

É nesse cenário que emergem movimentos como o Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) de Campina/Vila União e o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, expressando formas contemporâneas de luta e reexistência. Constituídos majoritariamente por mulheres, vão além da reivindicação fundiária, articulando ações políticas, econômicas e culturais enraizadas na ancestralidade, na coletividade e na autonomia.

Neste artigo⁴, objetivamos analisar os movimentos empregados por quilombolas em face aos projetos neocoloniais implementados no município de Salvaterra (PA), tendo como foco as práticas do Sementes do Quilombo e do NARQ. Compreendemos que esses movimentos se configuram como respostas insurgentes, enraizadas no conceito de quilombismo (Nascimento, 2019), e revelam formas coletivas e territoriais de enfrentamento às múltiplas expressões do neocolonialismo que persistem na Amazônia brasileira. Ao colocar esses movimentos em análise, buscamos evidenciar como as comunidades quilombolas não apenas resistem, mas também produzem mundos, reorganizando seus territórios a partir de seus próprios sentidos e projetos de futuro.

Para alcançar o objetivo proposto adotou-se uma abordagem qualitativa. Os principais instrumentos de construção de dados foram a pesquisa bibliográfica (Rampazzo, 2005), entrevistas semiestruturadas, observação participante (Angrosino, 2009), registros em diário de campo e documentação fotográfica.

⁴ Consideramos como "história recente do Marajó" o período iniciado com a chegada dos colonizadores europeus e o consequente registro escrito de eventos e transformações na região. Antes desse marco, contudo, o arquipélago já era habitado por sociedades complexas, com formas próprias de organização social, territorialidade e produção cultural, conforme evidenciado por estudos arqueológicos como os de Schaan (2007).

A pesquisa de campo foi realizada em 2024, com visitas aos territórios quilombolas de Campina/Vila União e Mangueiras nos meses de março, maio, junho, julho, setembro e novembro. Foram entrevistados dois grupos locais que desenvolvem atividades culturais e de geração de renda: o NARQ de Campina/Vila União e o coletivo Mulheres Sementes do Quilombo, da comunidade de Mangueiras. Neste último, foram realizadas cinco entrevistas individuais, enquanto no NARQ entrevistaram-se cinco integrantes individualmente, além de duas sessões coletivas com três participantes cada. Esse arranjo metodológico possibilitou captar múltiplas perspectivas sobre as dinâmicas internas das comunidades, as estratégias de mobilização do movimento quilombola no município e os impactos enfrentados por ambas as comunidades diante dos projetos neocoloniais implementados em seus territórios.

Vale mencionar que este trabalho integra um projeto de pesquisa mais amplo, o qual foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo o cumprimento dos princípios éticos exigidos para estudos envolvendo seres humanos⁵.

Para a compreensão do processo histórico dos quilombolas de Salvaterra, realizou-se ainda uma revisão bibliográfica em periódicos como Google Acadêmico e SciELO, priorizando artigos e livros que tratam das origens coloniais e das continuidades neocoloniais nas regiões quilombolas da Amazônia.

A estrutura do trabalho está organizada em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a fundamentação teórica sobre o conceito de quilombismo. Em seguida, a segunda seção aborda os movimentos analisados, com ênfase em sua formação, gestão, articulações sociopolíticas e motivações. A terceira seção discute as ações desenvolvidas por esses movimentos, com foco nas práticas culturais, econômicas e no fortalecimento comunitário, analisadas à luz das perspectivas do quilombismo. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais argumentos do trabalho e se indicam possíveis desdobramentos analíticos e políticos.

⁵ Este artigo resulta da dissertação de mestrado do primeiro autor, desenvolvida no âmbito do projeto Inovação e Transição Sustentável: Cesta de Bens e Serviços em Territórios Amazônicos (Chamada de propostas nº 003/2022 - iniciativa Amazônia+10). A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para a realização das atividades de campo, bem como com bolsa de mestrado concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Compreendendo o quilombismo em Salvaterra

Os movimentos quilombolas em Salvaterra são resultado de uma construção histórica que articula resistência, pertencimento e organização comunitária. Neste trabalho, a compreensão dessas práticas se apoia no referencial fundamental: o conceito de quilombismo, de Abdias do Nascimento (2019).

Para Nascimento (2019), o quilombismo representa um modelo de organização social baseado na autonomia, na solidariedade e na resistência, que se traduz tanto na defesa do território quanto na preservação dos valores culturais afro-brasileiros. O autor afirma que “aceitar o communalismo africano, situá-lo no contexto das exigências conceituais, funcionais e práticas da atualidade, significaria nada mais do que tornar a história a favor de nós mesmos” (Nascimento, 2002, p. 17). Essa concepção ultrapassa a ideia de quilombo como espaço físico, entendendo-o como uma praxis cultural, política e social em constante atualização, fundamental para a sobrevivência e afirmação do povo negro: “A sobrevivência das massas afro-brasileiras depende de uma mudança na estrutura do Brasil [...] na economia, na sociedade, na cultura, na política” (Nascimento, 2002, p. 87).

Entretanto, é necessário refletir criticamente sobre os limites da mobilização do conceito de quilombismo de Abdias Nascimento no contexto específico de Salvaterra. Isso porque muitas vezes esse conceito chega a ser mobilizado quase como um tipo ideal Weberiano (Weber, 1949). Os movimentos quilombolas são dinâmicos, e justamente por isso se aproximam, mas também em certos momentos se afastam do ideal quilombista. Nessas trajetórias, há contradições, mediações e adaptações que ocorrem em contextos marcados por territorialidades específicas, arranjos jurídicos, disputas políticas e referências religiosas próprias.

A mobilização do quilombismo, serve tanto para iluminar práticas quanto para evidenciar os limites estruturais impostos pelo Estado e pelo capitalismo, como a ausência de políticas públicas eficazes, o racismo ambiental, as constantes ameaças territoriais e as desigualdades internas às comunidades, como as de gênero.

Ao mesmo tempo, o conceito permite observar as inovações e ressignificações locais que comunidades quilombolas fazem do projeto coletivo, ampliando e recriando o próprio sentido da luta por autonomia. É importante reforçar que a vida nessas

comunidades é fluida e complexa, exigindo que o olhar analítico se afaste de maniqueísmos e essencialismos, reconhecendo as ambiguidades e disputas internas que também conformam os modos de ser quilombola.

Assim, os grupos e movimentos quilombolas de Salvaterra, como o NARQ e o Sementes do Quilombo, se configuram como expressões contemporâneas do quilombismo, ao promoverem práticas que combinam resistência territorial, fortalecimento cultural e construção de redes comunitárias. Justamente por entendermos que são contemporâneas é que podemos destacar que, em determinados momentos, essas práticas se aproximam do que Abdias Nascimento chamou de quilombismo, e em outros momentos se distanciam. Essa articulação evidencia que as lutas atuais não se limitam ao enfrentamento pontual, mas fazem parte de um processo histórico de reexistência e reconfiguração das relações sociais, econômicas e políticas nos territórios quilombolas.

O Quilombismo, de Abdias do Nascimento (2002), defende que o quilombismo não se restringe a uma dimensão teórica ou filosófica, devendo necessariamente se concretizar em práticas sociais orientadas para a transformação estrutural da realidade. Na seção intitulada “ABC do Quilombismo”, Nascimento sistematiza um conjunto de princípios e diretrizes que fundamentam essa proposta, destacando, entre eles, a centralidade da organização comunitária, da inclusão consciente e da valorização das expressões artísticas enquanto instrumentos de resistência, emancipação e construção coletiva.

A concepção de quilombismo, enquanto práxis, entendida como ação transformadora, dialética e profundamente ancorada na realidade concreta, constitui o alicerce teórico-metodológico que orienta a análise das dinâmicas de mobilização nos territórios quilombolas situados no município de Salvaterra. Nesse contexto, práticas culturais como a dança, o artesanato, as atividades manuais e os processos educativos assumem um caráter que transcende o plano simbólico, configurando-se como estratégias políticas de fortalecimento identitário, de reprodução socioterritorial e de enfrentamento às múltiplas formas de opressão.

Essas práticas evidenciam, de forma contundente, a indissociabilidade entre teoria e prática no âmbito dos movimentos quilombolas contemporâneos, reafirmando o quilombismo enquanto projeto político, social e cultural. Trata-se, portanto, de um projeto que opera simultaneamente na resistência às permanências da colonialidade e na construção

de alternativas sustentáveis, emancipatórias e ancoradas nos saberes ancestrais, nos vínculos comunitários e na luta pela autonomia dos territórios quilombolas.

Entendendo os Movimentos Quilombistas e suas estratégias

O NARQ da comunidade Campina/Vila União, e o Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo surgem da necessidade de fortalecer práticas comunitárias, preservar memórias e lutar pela afirmação identitária e pelos direitos territoriais.

O NARQ é formado por cinco jovens mulheres (Fotografia 1), majoritariamente nascidas no território, ligadas por relações familiares e de amizade, o que fortalece os vínculos afetivos e a coesão do grupo. Assim como aponta Scherer-Warren (2008), essas conexões formam redes baseadas em histórias de vida semelhantes, que servem como estratégia política e de fortalecimento coletivo.

**Fotografia 1- Integrantes do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola
Campina/Vila União**



Fonte: Acervo de campo, 2024.

O NARQ caracteriza-se por uma organização não formalizada, sem CNPJ ou registro burocrático convencional. Sua dinâmica baseia-se em acordos tácitos, confiança mútua e senso coletivo de pertencimento. As funções são distribuídas conforme as habilidades individuais das integrantes, sem hierarquias rígidas ou estruturas verticalizadas.

Mesmo com essa configuração autogerida e flexível, o grupo mantém articulações consistentes com diversas organizações quilombolas e instituições parceiras, como MALUNGU, CONAQ, PACS, Movimento Xingu Vivo, e a Rede Nacional de Mulheres Guardiãs de Territórios Ameaçados. Atua também em cooperação com a Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombo de Campina/Vila União (AMARQVUC), fortalecendo ações no território.

Apesar dos desafios operacionais e eventuais tensões internas, a identidade quilombola e os objetivos coletivos compartilhados funcionam como elementos de coesão, mitigando conflitos e fortalecendo a ação comunitária (Scherer-Warren, 2006; 2008). O NARQ mantém ainda parcerias estratégicas com a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do INEAF, do Instituto de Ciências da Arte (ICA) e do Cecane-UFPA, resultando em projetos como cartografias sociais participativas e ações de valorização da memória territorial, essenciais à preservação da história local e à afirmação identitária.

Seus objetivos são dinâmicos, moldando-se às necessidades emergentes da comunidade. Como sintetiza uma integrante: “nossos objetivos são as nossas necessidades”. Essa abordagem revela uma atuação sensível às transformações territoriais, especialmente frente aos impactos de grandes empreendimentos, como rodovias e instalações comerciais, que frequentemente suprimem marcos da memória coletiva.

Um exemplo emblemático é a construção de um posto de combustível sobre a antiga residência de uma moradora de Campina/Vila União, apagando fisicamente um símbolo comunitário que hoje persiste apenas na memória dos moradores. Em resposta, o NARQ desenvolve ações voltadas à sustentabilidade econômica e ao fortalecimento sociocultural, como hortas comunitárias, encontros formativos e oficinas de saberes tradicionais, com ênfase no uso de plantas medicinais.

Inspirado na reflexão de Abdias do Nascimento (2019), entende-se que os processos de dominação e expropriação dos territórios quilombolas se atualizam continuamente, exigindo respostas coletivas igualmente criativas, articuladas e enraizadas no cotidiano. A mobilização do NARQ, nesse sentido, configura-se como uma práxis viva, orientada pelas demandas concretas do território e comprometida com a defesa da terra, da memória e dos saberes ancestrais.

O Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo, localizado na comunidade de Mangueiras (Fotografia 2), é atualmente composto por 11 integrantes, 10 mulheres e um homem. No cotidiano interno e no contexto comunitário, o coletivo é amplamente reconhecido como Sementes, nomenclatura adotada também neste trabalho por questões de uniformidade.

**Fotografia 2 - Integrantes do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola
Campina/Vila União**



Fonte: Sementes do Quilombo, 2023.

Sua origem está vinculada à produção de biojoias elaboradas com sementes, fibras e caroços coletados no próprio território. O nome do grupo remete simbolicamente à ideia de germinação, crescimento e fortalecimento coletivo, princípios que orientam sua atuação desde o início. Com o tempo, o grupo ampliou suas atividades, passando a confeccionar também camisas, vestidos, turbantes, bolsas e outros artefatos, mantendo como eixo central o protagonismo feminino.

Atualmente, as camisas representam o principal produto comercializado pelo grupo, caracterizando-se por uma identidade visual singular que mescla grafismos da cultura indígena marajoara com tecidos importados de países africanos. As estampas e cores vibrantes desses tecidos reforçam o diálogo intercultural, compondo uma estética que expressa tanto ancestralidade quanto reinvenção cultural. As interlocutoras definem essa combinação como expressão da identidade afro-marajoara, resultado da articulação entre a tradição gráfica indígena, elemento marcante da identidade marajoara, e os tecidos africanos. Toda a produção é realizada de forma artesanal.

As integrantes do grupo são mulheres da comunidade de Mangueiras, em sua maioria mães e avós, muitas beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Além das atividades no grupo, acumulam funções ligadas ao cuidado familiar e a práticas extrativistas, como a pesca e a coleta de mariscos, fundamentais para a sustentabilidade socioeconômica da comunidade, especialmente diante da perda de terras agrícolas em função da expansão de fazendas.

Em relação à escolarização, a maioria das participantes possui, no máximo, o ensino médio completo, reflexo das limitações de acesso à educação formal, dado o isolamento geográfico da comunidade, cercada por rios, o que historicamente impôs barreiras à mobilidade e à frequência escolar. As relações de parentesco constituem um elemento estruturante do grupo, formado majoritariamente por mães, filhas, tias e sobrinhas. A idealizadora, Noemi Barbosa, possui vínculos familiares com grande parte das integrantes.

Embora ainda não formalizado juridicamente, o grupo conta com uma sede própria, a Casa de Sementes, que exerce múltiplas funções: espaço de produção, biblioteca infantil, local de encontros, oficinas e atividades formativas. Além da geração de renda, o grupo mantém articulações estratégicas com a associação local, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), o Observatório do Marajó e a UFPA, instituições que oferecem formações, assessorias e acesso a feiras e outros espaços de comercialização.

Essas parcerias fortalecem a capacidade organizativa do grupo em nível local e materializam um princípio central do quilombismo, conforme formulado por Abdias do Nascimento: a construção de redes de solidariedade entre povos historicamente oprimidos, especialmente os de origem africana, como parte de um movimento global de libertação negra. Assim, o funcionamento da Casa de Sementes e suas articulações podem ser compreendidos como expressão concreta do caráter pan-africanista do quilombismo, vinculando as lutas dos negros brasileiros às resistências e reivindicações dos povos africanos e da diáspora.

Ao articular produção cultural, práticas educativas e estratégias de autonomia econômica, o grupo mobiliza dimensões do quilombismo que operam tanto na reterritorialização quanto na construção de alternativas políticas e civilizatórias frente ao racismo estrutural e à lógica do capital. Sua atuação demonstra que, mesmo em

contextos periféricos e marcados por limitações estruturais, é possível promover formas de organização social baseadas na coletividade, ancestralidade e transformação, conforme propõe Nascimento ao conceber o quilombismo como um projeto político transnacional e emancipatório.

Ao longo de sua trajetória, o grupo evidenciou que sua atuação vai além dos objetivos econômicos. A Casa de Sementes consolidou-se como espaço de fortalecimento emocional, sociabilidade e construção coletiva. Essa dimensão é ilustrada no relato de uma integrante, que ingressou no grupo durante a pandemia da covid-19 em busca de acolhimento diante de sentimentos de solidão e ansiedade: “Aqui na Casa das Sementes levanta a autoestima da gente [...] quando chega aqui, o problema vai embora” (Pesquisa de campo, 2024).

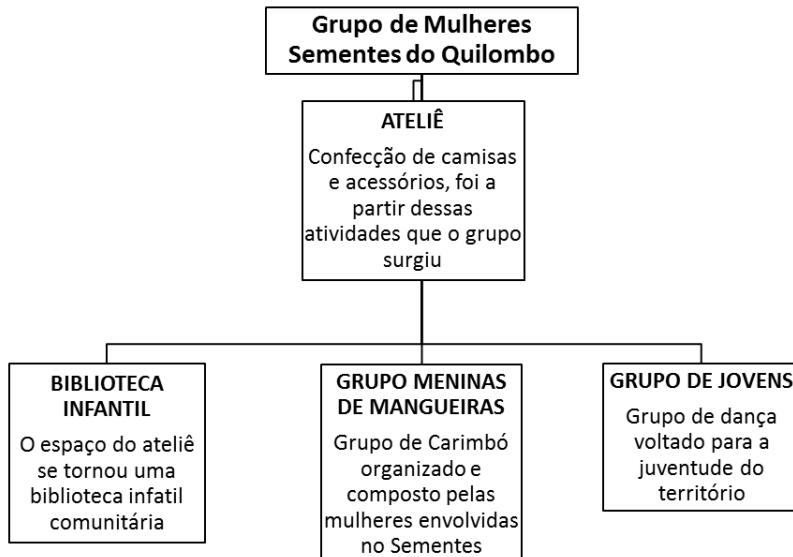
Essa experiência revela como o grupo subverte as lógicas coloniais que reduzem o território à mera unidade de exploração material. Conforme discutem Boaventura de Sousa Santos (2007) e Aníbal Quijano (2000), essa ressignificação constitui uma forma de resistência às monoculturas do saber impostas pela colonialidade. Nessa perspectiva, a Casa de Sementes torna-se um espaço de produção de saberes, afetos e memórias, reafirmando o território como espaço vivido, segundo os aportes teóricos de Lefebvre (1991).

Dessa forma, o Grupo Sementes não apenas produz bens materiais, mas também cultiva saberes ancestrais, práticas de resistência, vínculos comunitários e processos formativos que promovem o empoderamento feminino e a afirmação identitária quilombola. A metáfora da germinação, que inspira o nome do grupo, sintetiza esse crescimento coletivo, enraizado na autonomia, nas memórias ancestrais e nos conhecimentos territoriais.

Quilombismo em ação: práticas culturais e econômicas no fortalecimento comunitário

Conforme mencionado anteriormente, a origem do grupo está associada à confecção manual de biojoias, produzidas com sementes, fibras e outros elementos extraídos do próprio território. A partir dessa experiência inicial, o coletivo consolidou-se com a criação de um ateliê voltado à produção de peças de vestuário, especialmente camisas, além de acessórios diversos. Com o fortalecimento organizativo e produtivo, novas frentes de atuação foram gradualmente incorporadas, culminando na estruturação de três atividades complementares, conforme sistematizado no Organograma 1:

Organograma 1 - Organização do Grupo de mulheres Sementes do Quilombo



Fonte: Dados de campo, 2024.

Para iniciar a análise, destaca-se a importância das atividades desenvolvidas pelo ateliê, que desempenha papel central na estruturação e fortalecimento do grupo. As reuniões ocorrem na Casa de Sementes, espaço que serve tanto para o encontro das integrantes quanto para o armazenamento dos materiais usados na produção das peças comercializadas.

A criação do ateliê foi fundamental não apenas para consolidar o grupo, mas também para ampliar sua visibilidade, tanto na comunidade quanto em esferas externas.

A formalização do ateliê, enquanto arranjo produtivo comunitário, representa uma estratégia contemporânea de reprodução social alinhada à matriz teórica que busca consolidar autonomia econômica por meio de práticas coletivas ancoradas no território (Scherer-Warren, 2008).

A edificação da Casa de Sementes simboliza os primeiros frutos da organização coletiva e do esforço compartilhado. Construído via colaboração comunitária, o espaço também acolhe visitantes interessados no território e nas atividades do ateliê, reforçando vínculos comunitários e valorizando o trabalho coletivo.

Esse espaço físico transcende sua função utilitária, assumindo dimensão simbólica e política. Conforme Nascimento (2019), o quilombismo entende o território como elemento estruturante na organização social afrodescendente, atuando não só como suporte material, mas como locus de reprodução de saberes, práticas e sociabilidades

específicas. A Casa de Sementes funciona, assim, como dispositivo que articula trabalho, memória e pertencimento, configurando uma estratégia concreta para manutenção dos vínculos comunitários e enfrentamento às pressões externas que ameaçam a permanência dos sujeitos no território.

As reuniões do ateliê são realizadas conforme a demanda, seja para atender encomendas ou preparar eventos. Nesses momentos, as integrantes dedicam-se integralmente ao trabalho coletivo, fortalecendo a produção e os laços interpessoais. Os diálogos nesses encontros abrangem histórias pessoais, relatos familiares e memórias do território, reforçando o pertencimento e a construção coletiva.

Essa dinâmica de socialização no contexto produtivo é um componente estruturante do modelo organizativo. Abdias Nascimento destaca que a centralidade das trocas culturais, narrativas orais e circulação de memórias constitui elemento fundante na resistência coletiva. Assim, o ateliê ultrapassa a função econômica, assumindo papel de espaço de circulação de saberes, transmissão intergeracional e construção de sociabilidades pautadas na interdependência, reciprocidade e manutenção da identidade coletiva, características essenciais do paradigma quilombista.

O ateliê também representa uma forma de resistência às adversidades econômicas tradicionais. As interlocutoras relatam expressiva diminuição da disponibilidade de peixes, principal atividade produtiva, e redução da coleta de mariscos, historicamente atribuída às mulheres da comunidade. Essa queda nos recursos naturais é consequência direta do desmatamento provocado pelas fazendas de arroz próximas, que comprometem ecossistemas aquáticos e costeiros. A degradação ambiental afeta a sustentabilidade financeira das mulheres, ampliando sua dependência econômica dos parceiros. Nesse contexto, o ateliê surge como alternativa de resistência, possibilitando a permanência das mulheres e suas famílias no território.

Esse processo de reorganização produtiva frente à crise das atividades tradicionais pode ser interpretado como ressignificação do trabalho no território, mobilizando princípios da resistência quilombista conforme Abdias Nascimento. Constitui uma economia comunitária que não segue as lógicas do mercado capitalista competitivo, mas é orientada pela coletividade, sustentabilidade social e defesa do território como condição para reprodução social do grupo.

O arranjo produtivo responde às transformações materiais externas e incorpora uma dimensão política de enfrentamento às exclusões econômicas e territoriais históricas contra populações negras e tradicionais. Nos estudos sobre coletividade, autores como Touraine (1985 e Gohn (2011) ressaltam que movimentos sociais e comunitários se fortalecem pela mobilização de recursos simbólicos e materiais em busca de objetivos comuns, baseados em vínculos solidários e redes de apoio mútuo. O esforço coletivo para construir a Casa de Sementes materializa essa utopia compartilhada, onde trabalho coletivo e valorização do território convergem na busca por uma realidade mais justa e autônoma.

Assim, as utopias transcendem a condição de ideais abstratos, tornando-se fundamentos para ações concretas que, segundo Gohn (2011), ampliam a capacidade das mulheres de enfrentar adversidades e resistir. A Casa de Sementes, portanto, vai além do espaço físico, sendo lugar de reafirmação das identidades quilombolas, promoção da autonomia e consolidação de uma visão coletiva voltada à transformação territorial.

Em consonância com o espírito coletivo e visando impacto futuro, a Casa de Sementes ampliou suas funções ao abrigar a biblioteca comunitária infantil Samaúma, situada no pavimento inferior, enquanto o ateliê permanece no andar superior, evidenciando a multifuncionalidade do espaço. A biblioteca visa fortalecer laços comunitários e proporcionar às crianças um ambiente propício ao aprendizado e à interação. Além das atividades artesanais, as integrantes apoiam ações educativas, promovendo aproximação intergeracional. Algumas mulheres atuam como mediadoras de leitura, facilitando contação de histórias e reforçando o papel da Casa como espaço de formação cultural e social.

As interlocutoras relatam que as crianças enfrentam dificuldades significativas para acessar escolas, distantes cerca de 24,7 km, e barreiras logísticas impostas pela localização, limitando mobilidade e deslocamento escolar. Essas restrições motivaram o grupo a acolher a biblioteca, oferecendo alternativas de aprendizado e interação. A presença de diversas avós no grupo reforça o compromisso com a educação das novas gerações.

Scherer-Warren (2008) aponta que a circulação de conhecimentos nas redes comunitárias é pilar central dos movimentos sociais de base. A mediação intergeracional, por meio da transmissão de saberes culturais e práticas educativas, atua como mecanismo

de reprodução social da coletividade, fortalecendo vínculos internos e autonomia diante das ausências estatais e desigualdades estruturais.

Outra iniciativa importante é o coletivo de dança Meninas de Mangueiras, formado por integrantes do ateliê. Fundado em 2019, logo após a criação do grupo de biojoias, o coletivo busca engajar mulheres em práticas culturais centrais à identidade comunitária, como festividades juninas e eventos tradicionais. O ateliê confecciona as vestimentas usadas pelas dançarinas, fortalecendo a relação entre produção artesanal e preservação cultural.

Para ampliar o engajamento juvenil nas manifestações culturais, o grupo instituiu um segundo grupo de dança, composto exclusivamente por jovens do território. Antes da pandemia, esse coletivo, coordenado pelas mulheres do Sementes, realizava apresentações em festividades escolares e nos Jogos Quilombolas, promovendo integração e valorização cultural intergeracional. Com cerca de oito integrantes, realizava ensaios regulares, com coreografias elaboradas por uma das filhas de Noemi, que também coordena o grupo Meninas de Mangueiras.

Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina/Vila União

A partir de 2019, com a criação do NARQ o grupo de jovens da comunidade passou a desenvolver diversas atividades e projetos no território. Embora algumas dessas iniciativas não estejam mais em funcionamento, é relevante apresentar o histórico dessas ações para contextualizar as práticas atuais do grupo, contribuindo para uma compreensão aprofundada das dinâmicas e estratégias vigentes.

A primeira iniciativa considerada efetiva pelo NARQ consistiu na organização de rodas de conversa voltadas ao conhecimento local sobre o uso e manejo de plantas medicinais, com a participação dos moradores da comunidade, ainda em 2019. Essa atividade culminou na realização da Feira de Troca de Mudas e Conhecimentos sobre Plantas Medicinais, evento que moveu o intercâmbio intergeracional de saberes, incentivando o diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos.

As interlocutoras justificam a realização dessa iniciativa diante da crescente redução dos espaços destinados ao cultivo, resultante de fatores como a ausência de titulação territorial, a construção de uma rodovia, o aumento de comércios irregulares e a

intensificação da compra e venda de propriedades dentro do território. Pesquisas recentes sobre o uso de espécies medicinais e os quintais agroflorestais, como as conduzidas por Da Costa, Medeiros, Barros (2024) e Vaz e Barros (2022), destacam a importância desses espaços tanto para a manutenção da saúde comunitária quanto para a preservação dos vínculos de parentesco e vizinhança, constituindo também locais fundamentais para o fortalecimento das memórias e identidades locais.

O objetivo dessa iniciativa foi precisamente revitalizar e fortalecer os espaços de cultivo de espécies medicinais no território, promovendo uma experiência de intercâmbio cultural e ambiental. Além de envolver diretamente os moradores, a ação contribuiu para a ampliação do reconhecimento do NARQ dentro da comunidade, especialmente entre aqueles que, até então, tinham contato restrito apenas com a associação comunitária local.

Na sequência dessas atividades, o grupo submeteu um projeto ao edital de apoio financeiro do Fundo Casa Socioambiental. Intitulado “Conversando com Mãe Terra: Convidado solidário no quilombo Campina/Vila União, Marajó, Brasil”, o projeto foi aprovado em 2020, durante o contexto pandêmico. Diante do agravamento da insegurança alimentar, o objetivo principal consistia em fomentar a produção local de alimentos por meio da construção de hortas coletivas e do fortalecimento da prática do “convidado”, sistema tradicional de troca de dias trabalhados baseado na reciprocidade da mão de obra, sem remuneração formal. Tal prática e a manutenção das roças vêm experimentando um declínio no território, atribuído pelas interlocutoras à redução das áreas de cultivo em função da especulação imobiliária e da expansão comercial.

A busca por financiamento por meio da submissão desse projeto deve ser compreendida no âmbito do quilombismo, Abdias Nascimento destaca a autogestão política, econômica e cultural como fundamentos essenciais para a autonomia dos povos quilombolas. Assim, o acesso a recursos financeiros e a implementação de iniciativas locais, como as hortas coletivas, transcendem a simples garantia da subsistência econômica, configurando-se como uma expressão materializada de um projeto político mais amplo voltado para a autonomia territorial e a emancipação social. Essa perspectiva evidencia o quilombismo enquanto processo dinâmico e dialético, no qual a autogestão se articula como forma de resistência às estruturas de dominação impostas pelo Estado e

pelo capitalismo, permitindo às comunidades a reconfiguração autônoma de suas relações internas e de seu vínculo com o entorno sociopolítico.

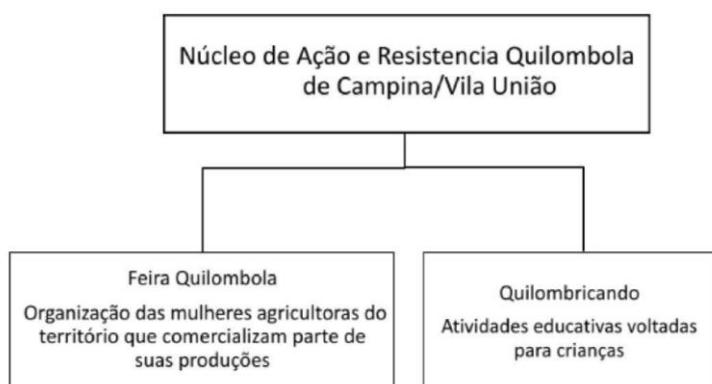
Outrossim, a iniciativa revela uma dimensão central da autodeterminação quilombola, que se manifesta na capacidade das comunidades de se organizarem e reivindicarem seus direitos dentro dos contextos políticos e institucionais mais amplos. A mobilização para captação de recursos e a estruturação de práticas produtivas fundamentadas em saberes tradicionais indicam a habilidade estratégica do grupo em atuar em espaços externos, como editais e políticas públicas, inserindo-se em arenas de negociação e reivindicação que extrapolam o âmbito imediato do quilombo.

Tal dinâmica reafirma a compreensão do quilombismo não somente como um movimento de resistência local, mas como um projeto político que articula demandas históricas de reconhecimento, reparação e autonomia, consolidando o protagonismo dos povos quilombolas na construção de suas trajetórias e na interlocução com o Estado e a sociedade civil.

Além disso, o projeto impulsionou o engajamento contínuo das mulheres no cuidado com as hortas e roçados, consolidando um processo de valorização do trabalho coletivo e da autonomia produtiva no território. Destaca-se que esta iniciativa foi a base para a criação da Feira quilombola, organizada pelo NARQ com a participação ativa das mulheres agricultoras.

Atualmente, o NARQ permanece ativo, promovendo novas mobilizações e iniciativas no território, as quais estão detalhadas no Organograma 2, evidenciando o compromisso contínuo do núcleo com a defesa e valorização do território quilombola e de sua comunidade.

Organograma 2 - Organização do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola Campina/Vila União



Fonte: Dados de campo, 2024.

Atualmente, as duas principais mobilizações promovidas pelo NARQ consistem na organização da Feira Quilombola e no incentivo à organização produtiva dos agricultores locais. A primeira dessas iniciativas resulta diretamente das rodas de conversa realizadas entre 2019 e 2021, momento em que o Núcleo fomentou a mobilização dos agricultores do território. Durante esses encontros, o NARQ incentivou e orientou os agricultores a organizarem suas produções, tendo identificado que muitos destes detinham capacidade produtiva superior às necessidades familiares, o que possibilitava a comercialização do excedente.

Ademais, o Núcleo realizou um mapeamento detalhado das produções agrícolas do território, por meio de reuniões e rodas de conversa que convidaram a participação de todos os moradores da comunidade. Tal iniciativa possibilitou a identificação das potencialidades produtivas locais e facilitou o processo de organização para a comercialização dos produtos. Este mapeamento foi fundamental para compreender as demandas e capacidades produtivas da comunidade, visando a criação de uma rede de comércio local que valorize os produtos originários do quilombo e fortaleça a economia comunitária.

À luz do quilombismo, tal ação configura-se como uma estratégia de enfrentamento às estruturas que historicamente marginalizam os povos negros, como denunciado por Abdias do Nascimento. Para o autor, o racismo constitui um pilar do Estado brasileiro, cuja lógica institucional opera sistematicamente na exclusão econômica, social e política das populações negras.

A mobilização comunitária em torno da produção agrícola e da organização comercial representa, nesse sentido, uma prática concreta de contestação a essa lógica excluente, ao passo que propõe alternativas autônomas baseadas na solidariedade, na justiça social e na reconstrução das condições de vida. A proposta do quilombismo, portanto, não é apenas de resistência, mas de transformação radical da sociedade, por meio da criação de políticas específicas que rompam com o legado da escravidão e promovam a equidade econômica e territorial para os povos quilombolas.

As interlocutoras do NARQ ressaltam que as rodas de conversa transcendem o papel de simples espaços de partilha de saberes, configurando-se como ambientes fundamentais para o fortalecimento do senso de pertencimento e autoestima dos agricultores locais. Tais diálogos foram essenciais para que os próprios agricultores se

sentissem empoderados e valorizados pelo trabalho que realizam, promovendo o reconhecimento das práticas agrícolas como elementos centrais para a identidade e resistência comunitária.

A culminância dessas rodas de conversa, conjuntamente com o projeto “Conversando com Mãe Terra”, foi a organização da Feira Quilombola, evento que se tornou marco significativo no território. A decisão de denominar o espaço como “Feira Quilombola” foi uma escolha deliberada dos próprios agricultores envolvidos nas rodas de conversa, que, ao adotarem essa designação, reafirmaram a identidade de Campina/Vila União como comunidade quilombola.

Essa escolha assumiu particular relevância diante do contexto de transformações territoriais provocadas pela construção da rodovia PA-154, que alterou o perfil local e suscitou dúvidas entre moradores e visitantes quanto à manutenção da identidade quilombola da região. A presença de comércios e infraestruturas viárias levou ao questionamento da autenticidade da identidade quilombola. Assim, a Feira Quilombola consolidou-se como um espaço de afirmação cultural e territorial, reforçando os vínculos da comunidade com suas origens e seus direitos enquanto quilombolas.

Em entrevista de campo (2024), foi ressaltada a singularidade da feira:

Elas falaram que lá é a feira segura mais aqui é a feira quilombola e feira quilombola aqui em Salvaterra só tem a nossa. De lá pra cá elas amadureceram não só nessa questão do que trazer pra feira, quantidade e etc., mas também nesse sentido da importância de manter a diferenciação dessa feira para as outras feiras, do que é a feira quilombola e a possibilidade que ela traz (Entrevista de campo, 2024).

O processo de demarcação da diferença entre “ser” e “estar” em um território quilombola está intrinsecamente relacionado à construção do pertencimento étnico. O'Dwyer (2007) discute essa questão como um espaço de reivindicação política, no qual a demarcação transcende a simples diferenciação dos modos de vida, abrindo campo para a busca pública de reconhecimento.

Para O'Dwyer (2007, p. 36), essa reafirmação identitária extrapola a ideia de uma origem comum, orientando ações coletivas em direção a “destinos compartilhados”. Assim, o grupo não apenas partilha um passado comum, mas se organiza em torno de um projeto coletivo que visa o fortalecimento identitário e a construção de um futuro comum.

No âmbito da Feira Quilombola, observou-se um processo de transformação da participação social: enquanto inicialmente homens estavam envolvidos nas atividades, houve um afastamento gradual destes, permanecendo majoritariamente mulheres agricultoras.

A primeira edição da feira ocorreu em dezembro de 2022, representando marco na consolidação da organização comunitária. A partir dessa experiência, a feira passou a ser realizada mensalmente, geralmente aos sábados, com a maioria dos produtos comercializados sendo produzidos pelas próprias mulheres, oriundos de suas roças, quintais e áreas de coleta na mata. Esse processo culminou na formação de um grupo coeso de 13 mulheres agricultoras, conferindo-lhes maior autonomia e reduzindo a necessidade de intervenção direta do Núcleo, que inicialmente era responsável pela organização logística da feira.

A intenção do Núcleo sempre foi promover a autonomia do grupo, objetivo que tem sido progressivamente alcançado, com as mulheres decidindo coletivamente sobre os produtos a serem comercializados, de acordo com suas produções locais. O apoio do Núcleo permanece, especialmente no que concerne ao desenvolvimento das capacidades técnicas das integrantes mais jovens, que colaboram na organização da feira, inclusive por meio da produção de adesivos para identificação dos produtos comercializados e materiais de divulgação.

Em função dessa capacitação técnica, o Núcleo submeteu em 2023 o projeto a um edital do Fundo Casa Socioambiental visando o apoio à construção de um espaço fixo para a realização da feira. Até então, as edições ocorriam informalmente nas frentes das residências das integrantes. A proposta visava criar uma infraestrutura mais estruturada, capaz de comportar outras atividades, como a instalação de uma cozinha comunitária. O projeto foi aprovado, e o terreno destinado à construção foi cedido por uma das integrantes.

Embora o espaço ainda esteja em fase de conclusão, já é possível realizar atividades comerciais no local, que também tem sido utilizado para reuniões e confraternizações. Nesse ambiente, as mulheres comercializam alimentos produzidos por elas, como bolos de macaxeira, farinha de tapioca, mingaus e, em algumas edições, almoços típicos, maniçoba, galinha caipira e tacacá ao final da tarde.

Uma iniciativa correlata à feira é o “Quilombrincando”, surgido como resposta à necessidade de entreter as crianças que acompanhavam as mães durante as atividades

da feira, permanecendo muitas vezes ociosas. Atento a essa demanda, o Núcleo implementou atividades lúdicas para engajamento infantil, promovendo momentos de aprendizagem e diversão.

O Quilombrincando transcende o simples ato lúdico, congregando crianças para brincadeiras, contação de histórias e transmissão de saberes ancestrais, criando um ambiente de fortalecimento coletivo e afirmação identitária quilombola. Em uma das edições, por exemplo, as crianças aprenderam sobre o ideograma africano Sankofa, ressaltando a importância do respeito e do aprendizado junto aos mais velhos.

Essa abordagem favorece, desde a infância, a construção de uma consciência quilombista, evidenciando a interligação entre pertencimento territorial e valorização das tradições culturais no cotidiano comunitário. Assim, o Quilombrincando configura-se como uma estratégia autônoma de mobilização interna, fortalecendo a organização coletiva e contribuindo para a continuidade das lutas e resistências quilombolas.

Outra característica marcante do NARQ é a parceria direta com a UFPA que se estabeleceu desde a formação do coletivo por meio de discussões ocorridas durante as aulas da turma de Etnodesenvolvimento flexibilizada em Soure a partir de 2016. As discussões durante as aulas tiveram influência direta para a decisão de criar o coletivo.

No decorrer dos anos, o NARQ estabeleceu parcerias com institutos da UFPA mediadas por integrantes do coletivo que também são estudantes e pesquisadoras na universidade, essa ligação direta possibilita o levantamento e tratamento de dados diversos que auxiliam a comunidade em sua luta pela defesa do território.

Considerações finais

A presente investigação buscou compreender as dinâmicas de resistência e reexistência quilombola no município de Salvaterra (PA), analisando as estratégias político-culturais desenvolvidas pelo Núcleo de Ação e Resistência Quilombola (NARQ) e pelo Grupo de Mulheres Sementes do Quilombo. Com base em metodologia qualitativa, envolvendo entrevistas, observação participante e revisão bibliográfica, foi possível identificar como esses coletivos articulam práticas sociais, econômicas e simbólicas para enfrentar as estruturas neocoloniais que impactam seus territórios.

Os achados evidenciam afinidades com a perspectiva teórica do quilombismo, especialmente no que se refere à construção de alternativas autônomas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. A atuação do NARQ, por meio da Feira Quilombola, institui uma economia solidária e reafirma a identidade étnico-territorial frente às ameaças da infraestrutura rodoviária e da expansão agrária. Já o grupo Sementes do Quilombo, por meio de suas biojoias, da biblioteca Samaúma e do grupo de dança Meninas de Mangueiras, fortalece os laços comunitários e realça o protagonismo das mulheres negras na reprodução da vida quilombola.

Tais experiências ressignificam o território como espaço ontológico de criação, onde se entrelaçam saberes tradicionais e inovações locais, desafiando as racionalidades extrativistas e coloniais. A Casa de Sementes simboliza essa multifuncionalidade, funcionando como ateliê, espaço educativo e centro de articulação política, em clara contraposição às lógicas que reduzem o território à mercadoria.

No entanto, é importante reconhecer as limitações da mobilização conceitual do quilombismo enquanto categoria totalizante. Embora o pensamento de Abdias do Nascimento ofereça uma estrutura teórica potente, sobretudo ao propor uma transformação radical da sociedade, por meio da autogestão política, econômica e cultural dos povos negros, sua aplicação direta aos contextos empíricos de Salvaterra encontra restrições. Os movimentos quilombolas locais apresentam dinâmicas marcadas por contradições, negociações e adaptações que, por vezes, se afastam do ideal quilombista. Trata-se de processos fluídos e heterogêneos, que escapam às classificações puristas e revelam a complexidade interna das comunidades, com tensões de gênero, disputas territoriais e relações ambivalentes com o Estado.

Ainda que persistam entraves estruturais, como a ausência de titulação fundiária, a pressão de empreendimentos infraestruturais e a escassez de políticas públicas específicas, as ações empreendidas por esses coletivos demonstram notável capacidade organizativa e adaptativa. Essa força de mobilização se conecta, em termos mais amplos, ao princípio de autodeterminação defendido por Nascimento — entendido não apenas como direito político, mas como prática cotidiana de resistência e invenção de novas formas de vida.

Assim, os casos aqui analisados contribuem para os estudos sobre movimentos sociais na Amazônia ao oferecerem uma leitura situada das formas de enfrentamento à colonialidade,

apontando para um horizonte propositivo. Reconhecer essas experiências como expressões de epistemologias do Sul exige não só o reconhecimento formal de seus direitos, mas também o engajamento em um debate mais profundo sobre modelos de desenvolvimento ancorados na justiça racial, na equidade territorial e na sustentabilidade comunitária.

Referências bibliográficas

- ACEVEDO MARIN, R. E. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; ACEVEDO MARIN, R. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.
- DA COSTA, J. F. R.; MEDEIROS, M.; BARROS, F. B. "Quem planta, quando precisa tem": terreiros socioprodutivos quilombolas na Amazônia Marajoara. **Mundo Amazônico**, v. 15, n. 2, p. 35-58, 2024. DOI:<https://doi.org/10.15446/ma.v15n2.109460>
- DA SILVA, M. H. P. Paisagens, histórias e ecologias mais que humanas do gado ao longo dos campos na Amazônia Marajoara. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2023.e94144>
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais**: temas e debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.
- GOMES, D. L. et al. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135–161, 29 mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5690>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- LEFEBVRE, H. **Of Everyday Life**. Foundations for a Sociology of the Everyday, v. 2, 1991.
- LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.
- NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.
- NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista Tomo**, n. 11, p. 43-58, 2007.

PACHECO, A. S. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (org.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. 1 ed. Belém: GKNORONHA, 2010. cap. 2, p. 13-32.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 8, p. 168–196, 2000.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, p. 71-94, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-3300200700030004>

SCHAAN, D. P. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 99-117, 2007. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v5.1.2007.99-117>

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, v. 21, p. 505-517, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300007>

SEMENTES DO QUILOMBO. Salvaterra, 28 de nov. 2023. **Instagram**: @atelier_sementesdoquilombo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C0MijYNA1wl/?igsh=MWpxNXRnaWllb2RqYQ==>. Acesso em: 16 nov. 2024.

TOURAINE, A. "Uma introdução ao estudo dos movimentos sociais." **Pesquisa social**, (1985): 749-787.

VAZ, L. de V. A.; BARROS, F. B. Soberania e segurança alimentar para o “bem viver”: um estudo de experiência quilombola em Salvaterra/Ilha do Marajó, PA. **Terceira Margem Amazônica**, v. 7, n. 18, p. 73-89, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p73-89>

WEBER, M. **The methodology of the social sciences**. New York: Free Press, 1949.

Recebido em 16/06/2025.

Aceito para publicação em 25/11/2025.